

2025

RELATÓRIO

CIRCUNSTANCIADO



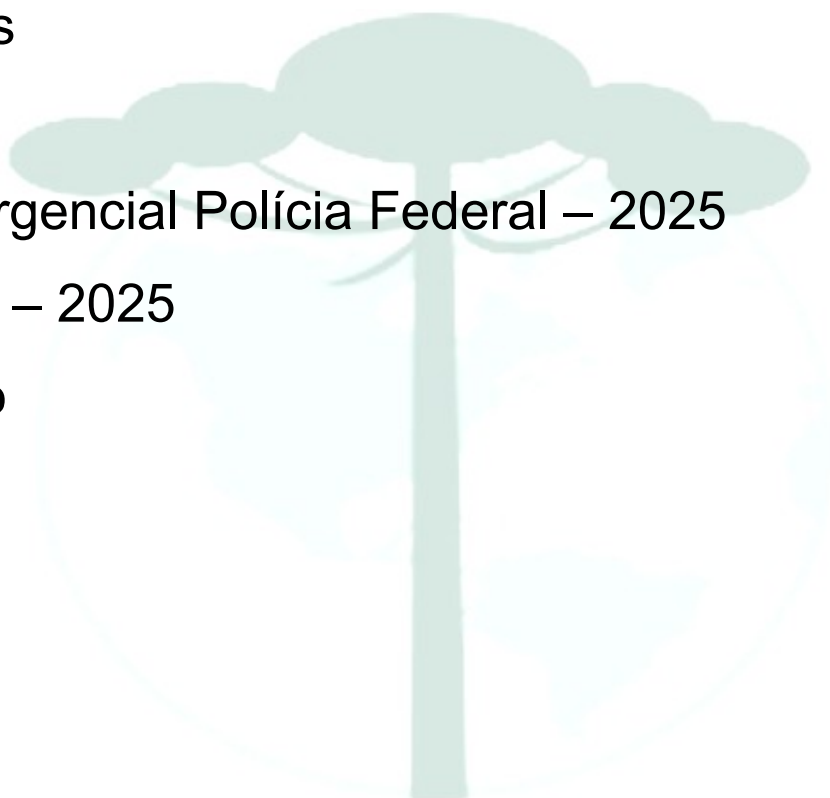
CERMA

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ



1.SUMÁRIO

- 1. Sumário**
- 2. Introdução**
- 3. Gestão 2025 – 2028**
- 4. Composição**
- 5. Atribuições**
- 6. Reuniões**
- 7. Lista Emergencial Polícia Federal – 2025**
- 8. Atividades – 2025**
- 9. Conclusão**



2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Circunstanciado é produzido pela Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados – UTSC para o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora, instituído pela Lei nº 18.465/2015. O documento corresponde ao balanço analítico das atividades desenvolvidas durante o Exercício de 2025, período notadamente marcado pelo encerramento da Gestão 2022-2025 e pela subsequente renovação da representação da sociedade civil, com a eleição da nova gestão 2025-2028.

Este exercício foi caracterizado por um avanço institucional sem precedentes na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU), com a criação da Superintendência-Geral de Governança Migratória (SGGM). A SGGM nasce com a missão de promover a integração social, cultural e econômica de migrantes, refugiados, apátridas e retornados, oferecendo condições para que recomecem suas vidas e contribuam com o desenvolvimento do Estado. Entre suas competências, destaca-se o desenvolvimento de estratégias de integração alinhadas às diretrizes do Governo e a prestação de atenção humanitária, em estreita articulação com o CERMA/PR e o Centro Estadual de Informação para Migrantes (CEIM).

Além do fortalecimento estrutural, o ano de 2025 foi marcado por eventos de impacto formativo, como a promoção do Seminário em Direitos Humanos, que estabeleceu um espaço de diálogo essencial para a qualificação das políticas de acolhimento. Conforme as competências regimentais, o objetivo deste relatório é atestar a execução e a fiscalização da política migratória em âmbito estadual. A atuação do CERMA/PR, agora potencializada pela estrutura da SGGM, demonstrou foco na incidência intersetorial e na interlocução contínua com entidades da sociedade civil para a mitigação de vulnerabilidades sistêmicas.

Isso se manifesta concretamente na gestão da demanda por regularização migratória junto à Polícia Federal, na capacitação para a segurança pública e na resolução de óbices

burocráticos no acesso a direitos sociais, como a obtenção do Cartão de Pessoa com Deficiência por parte de indivíduos migrantes. Este relatório circunstancia tais resultados, visando subsidiar o planejamento estratégico e a otimização da política migratória para os exercícios subsequentes.



3. GESTÃO 2025-2028

◆ **Presidente**

Rockmillys Basante Palomo

◆ **Vice-Presidente**

Gilberto Antonio de Souza Filho

◆ **Secretária-Geral**

Mario Igor Shimura

GOVERNAMENTAIS

• **Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU)**

Titular – Gilberto Antonio de Souza Filho

Suplente – Douglas Henrique Novelli

• **Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP)**

Titular – Dalton Gean Perovano

Suplente – Vaneska Calixto da Costa

• **Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR)**

Titular– Suelen Glinski Rodrigues dos Santos

Suplente – Mayara Gabriela Milléo Corsi Bittencourt

• **Secretaria de Estado da Saúde (SESA)**

Titular– Lucimar Pasini Godoy

Suplente – Tatiane Dombroski

• **Secretaria de Estado da Educação (SEED)**

Titular: Ivanildo Luiz Monteiro Rodrigues dos Santos

Suplente: Gizele Cristiana Carneiro

- **Secretaria de Estado da Cultura (SEEC)**
Titular: Neide Maria de Goes Marchini
Suplente: Sônia Soares
- **Secretaria de Estado do Esporte (SEES)**
Titular: Neide Maria
Suplente: Sônia Soares
- **Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)**
Titular: Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Suplente: Ruth Duarte Menezes Correria
- **Casa Civil**
Titular: Jean Rafael Puchetii Ferreira
Suplente: Izabella Andrade Brito
- **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF)**
Titular: Jociane Juliana Lino e Silva
Suplente: Marcos Renato Sudul

SOCIEDADE CIVIL

- **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras**
Titular: Rockmilys Basante Palomo
Suplente: Aieda Muhieddine
- **Cáritas Arquidiocesana de Londrina**
Titular: Tais Roberta Gaio Paton
Suplente: Fabricia Lais Pigaiani
- **Instituto Brasileiro de Apoio Étnico Raciais –IBASER**
Titular: Mario Igor Shimura
Suplente: Sergio Eduardo Menezes Silva
- **Associação Embaixada Solidaria**
Titular: Pierre-Erick Bruny
Suplente: Edna Nunes Da Silva
- **Cáritas Diocesana de Palmas**
Titular: Rosane Aparecida Da Silva Pereira
Suplente: Ivanildo Copetti
- **Associação Para a Solidariedade dos Haitianos – ASHBRA**
Titular: Laurette Bernadin Louis
Suplente: Bibinson Celissant
- **Associação Feminny**
Titular: Christiane Pereira Da Silva
Suplente: Yedimar Carolina Castellano de Leon
- **Associação Batista Paranaense – ASBP**
Titular: Silvana Constanski Santos Monteiro
Suplente: Sônia Regina Cardoso

• **Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes – ASSM**

Titular: Sales Conceição De Melo Nogueira

Suplente: Vânia Meira Machado



4. COMPOSIÇÃO

O CERMA/PR será composto por dezoito membros titulares seus respectivos suplentes, sendo 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público; 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada, obrigatoriamente ligadas à proteção e defesa dos direitos dos refugiados, migrantes ou apátridas, estatutária ou por carta de princípios, no âmbito do Estado do Paraná.



5. ATRIBUIÇÕES

O CERMA/PR tem por finalidade viabilizar e auxiliar a implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas a assegurar o pleno exercício dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, direta e indireta, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, e para isto apresenta as seguintes competências.

- Avaliar, propor, deliberar e participar da elaboração, acompanhar a execução e fiscalizar as políticas públicas, programas, projetos, planos e ações destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;
- Propor a adoção de mecanismo e instrumentos para realizar o levantamento e a sistematização de dados sobre a ocorrência e entrada de migrantes, refugiados e apátridas no Estado do Paraná;
- Acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas estaduais de acesso à saúde, à educação, à segurança pública, à assistência social, à moradia, ao trabalho, à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer;
- Indicar as prioridades de atuação, orientando a aplicação de recursos públicos estaduais destinados à implementação das políticas públicas estaduais voltadas aos refugiados, migrantes e apátridas;
- Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Estado, indicando ao Secretário de Estado responsável pela execução da política pública de atendimento aos refugiados, migrantes e apátridas, as medidas necessárias à consecução da política pública estadual formulada, bem como para o adequado funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/PR; Receber, encaminhar e

acompanhar as denúncias relacionadas às violações dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas aos órgãos competentes, na forma prevista neste Regimento Interno, bem como aqueles identificados como vítimas de tráfico de pessoas ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Paraná – NETP/PR;

- Propor e fomentar a realização de campanhas destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;
- Acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, programas e projetos decorrentes de tratados e convenções internacionais; Instituir comissões técnicas ou instâncias compostas por membros do Conselho, com a finalidade de promover a discussão e a articulação de temas relevantes para a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas no Estado do Paraná;
- Prestar colaboração técnica e informativa, em sua área de atuação, aos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná e às entidades da sociedade civil organizada;
- Indicar alterações legislativas, quando necessário, para aperfeiçoamento da Legislação vigente.
- Promover e manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais, visando à defesa e promoção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;
- Emitir notas de recomendação às entidades públicas e privadas para assegurar a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, fixando prazo razoável para seu atendimento ou para manifestação das entidades.
- Orientar agentes públicos, formuladores e gestores das políticas públicas sobre as ações de promoção dos direitos e deveres dos solicitantes de refúgio, refugiados, migrantes e apátridas;

- Promover a capacitação e instrumentalização dos conselheiros estaduais dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;
- Elaborar e apresentar, anualmente, ao Secretário de Estado responsável pela execução da política pública de atendimento aos refugiados, migrantes e apátridas e à sociedade civil, relatório circunstanciado de suas atividades desenvolvidas durante o período;
- Aprovar, de acordo com os critérios a serem estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento aos refugiados, migrantes e apátridas;
- Elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/PR.

6. REUNIÕES

Calendário de Reuniões Ordinárias – CERMA/PR 2025

Mês	Reunião	Data	Local
Fevereiro	Reunião Ordinária	27/02/2025	Palácio das Araucárias
Março	Reunião Ordinária	27/03/2025	Palácio das Araucárias
Abril	Reunião Ordinária	24/04/2025	Palácio das Araucárias
Junho	Reunião Ordinária	02/06/2025	Palácio das Araucárias
Julho	Reunião Extraordinária	03/07/2025	Palácio Iguaçu
Agosto	Reunião Ordinária	28/08/2025	Palácio das Araucárias
Setembro	Reunião Ordinária	30/09/2025	Palácio Iguaçu
Outubro	Reunião Ordinária	30/10/2025	Palácio das Araucárias
Novembro	Reunião Ordinária	27/11/2025	Palácio das Araucárias



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

Calendário De Reuniões Extraordinárias – CERMA/PR 2025

Mês	Reunião	Data	Local
Outubro	Reunião Extraordinária	10/10/2025	Palácio das Araucárias

1ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data:** 27/02/2025
- **Horário:** 14:00 horas
- **Local/Modalidade:** Híbrido, presencial e virtual

Presidente da Reunião: Douglas Henrique Novelli

Pontos principais abordados:

- 1. Abertura;**
- 2. Aprovação de Pauta;**
- 3. Aprovação das Atas;**
- 4. Informes da Secretaria-Executiva;**
- 5. Informes dos Conselheiros (as);**
- 6. Aprovação do Relatório Circunstanciado;**
- 7. Eleições da Sociedade Civil – Formação da Comissão Eleitoral;**
- 8. Apresentação do relatório Consolidado do Monitoramento anual do II Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná;**
- 9. A atual situação de inclusão de migrantes e refugiados no BPC;**
- 10. Reestruturação da Comissão Permanente de Denúncias e Garantias de Direitos;**
- 11. Informes Gerais;**
- 12. Encerramento.**

A reunião ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR), realizada em 27 de fevereiro de 2025, foi conduzida de forma híbrida, presencial, com a participação de representantes de secretarias estaduais, como Justiça e Cidadania, Casa Civil, Segurança Pública, além de membros da sociedade civil, organizações não governamentais e órgãos do Ministério Público. Os participantes aprovaram a pauta e as atas anteriores referentes a 2024.

Durante o encontro, destacou-se a discussão sobre a necessidade de reestruturação e ampliação da Comissão de Denúncias e Garantias de Direitos, considerando o aumento do fluxo migratório e o número crescente de denúncias de xenofobia. Foi deliberado que essa comissão, composta por representantes civis e governamentais, manterá reuniões periódicas, podendo ocorrer encontros extraordinários, além de definir a composição do seu corpo, incluindo membros da sociedade civil e entidades públicas, com previsão para revisões no regimento interno para adequar critérios de elegibilidade, como a exigência de CNPJ com dois a três anos de existência. Também foi ressaltada a importância de ampliar a diversidade da sociedade civil na composição do conselho, refletindo a realidade do movimento migratório.

A pauta de atendimentos e acesso a direitos também foi cuidadosamente abordada, com relatos de dificuldades enfrentadas por migrantes na obtenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC), principalmente por barreiras relacionadas à documentação e credenciamento biométrico. Nesse contexto, foi apresentada a iniciativa da Defensoria Pública de ingressar com ações jurídicas para obrigar o compartilhamento do registro biométrico entre órgãos, buscando facilitar o acesso a esse benefício. Além disso, discutiu-se a implementação de senha preferencial na Polícia Federal de Curitiba e em outras delegacias do Estado, com encaminhamento de ofícios para apurar e propor melhorias no atendimento às pessoas migrantes, além de estudos comparativos sobre práticas de atendimento em diferentes regiões.

Outro ponto importante tratado foi a rotina de empregabilidade e inserção no mercado de trabalho, com relatos sobre parcerias com empresas que contrataram migrantes de diversas nacionalidades, revelando respostas positivas e a necessidade de ampliar esses contatos para fortalecer a inclusão laboral. A elaboração do Relatório Circunstanciado, que detalha as ações e o monitoramento do

Estado em relação às políticas migratórias, também foi apresentada, com previsão de envio por e-mail aos conselheiros e futuras discussões para aprovação. Além disso, foi solicitada a inclusão de fotos relacionadas à chegada de migrantes repatriados do Líbano, acompanhados pela Secretaria de Justiça e Cidadania.

Ao encerrar, Douglas, representante do conselho, agradeceu a participação de todos e reforçou o compromisso de atuação conjunta na defesa dos direitos dos migrantes, refugiados e apátridas no Paraná. A ata foi lavrada por Joicy Kelly Rodrigues e revisada por Gilberto Augusto Gibala Lopes, tendo sido publicada no Diário Oficial em 21 de julho de 2025. Assim, o encontro consolidou avanços importantes rumo à promoção da inclusão social, proteção e garantia de direitos para essa população, através de ações coordenadas e políticas públicas fortalecidas.

2ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data:** 27/03/2025
- **Horário:** 14:00 horas
- **Local/Modalidade:** Híbrido, presencial e virtual

Presidente da Reunião: Douglas Henrique Novelli

Pontos principais abordados:

- **1. Abertura;**
- **2. Aprovação de Pauta;**
- **3. Aprovação da Ata;**
- **4. Informes da Secretaria-Executiva;**
- **5. Informes dos Conselheiros (as);**
- **6. Situação da Solicitação de Refúgios para os Cubanos;**
- **7. Apresentação Cáritas no Paraná;**
- **8. Relatos da Reunião da DPU;**
- **9. Relatos das Comissões;**

- **10.Reunião Familiar para Haitianos – Novas Normas do Governo Federal**
- **11.Informes Gerais;**
- **12.Encerramento.**

A Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR), realizada em 31 de Março de 2025 em formato Híbrido, teve sua pauta aprovada com a inclusão de pontos cruciais levantados pelos conselheiros, nomeadamente a integração de engenheiros migrantes no conselho de classe, o tratamento de sepultamento de migrantes e a documentação junto à Polícia Federal.

O ponto de maior debate técnico e regimental centrou-se na interpretação do Artigo 11 do Regimento Interno do CERMA, que trata da eleição das entidades da sociedade civil. A questão era se o requisito de dois anos de atuação na Pauta Migratória exigia, concomitantemente, que o CNPJ da entidade tivesse sido emitido há, no mínimo, dois anos. Apesar da sugestão do Ministério Público em favorecer a interpretação mais benéfica à Sociedade Civil em casos de ambiguidade, o pleno, após ponderar argumentos sobre a estabilidade e a formalização das entidades, deliberou por manter a interpretação que exige o cumprimento do prazo de dois anos também para a emissão do CNPJ da organização.

Em relação ao fluxo de documentação e atendimento na Polícia Federal (PF), a conselheira Rockmillys Basante relatou dificuldades significativas, como a falta de comunicação e entendimento entre as diferentes populações migrantes, além de problemas com a disponibilidade de vagas na PF. Em resposta, foi aprovada a proposta de solicitar formalmente uma reunião com o Superintendente da PF no Paraná para expor a problemática e buscar uma orientação técnica formal do CERMA para aprimorar os procedimentos. O Conselheiro Douglas (Secretaria Executiva) informou que o CEIM (Centro Estadual de Informações ao Migrante) já implementou alterações procedimentais para identificar funcionários e garantir a rastreabilidade na entrega de documentos.

No âmbito dos direitos sociais, foi discutida a questão do acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) por migrantes, refugiados e apátridas. Douglas relatou que a DPU informou que, apesar da garantia constitucional do acesso, uma portaria interministerial tem gerado negativas em função da exigência de recadastramento biométrico e da restrição dos documentos aceitos (RG, Título de Eleitor, CNH) para essa finalidade, documentos que a população migrante mais vulnerável, em geral, não possui. O fluxo operacional acordado com a DPU é que o migrante realize o cadastro no INSS, aguarde a negativa formal por falta de biometria, para que a DPU possa intervir judicialmente, solicitando que o INSS aceite a biometria por outros documentos, como o RNM (Registro Nacional Migratório) ou protocolo de registro.

Durante a reunião foram abordadas questões importantes sobre a situação de refúgio e vistos, a conselheira Márcia (Cáritas) sugeriu que o Conselho oficialize o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores solicitando esclarecimentos sobre o Consulado do Brasil no Haiti e a nova portaria que ampliou os requerimentos de reunião familiar para haitianos, citando denúncias de alegada venda de vistos e a expiração de pedidos aprovados devido à impossibilidade de saída do país. A sugestão foi aprovada. Foi ainda relatada a demora na liberação do RNM para solicitações de refúgio de Cubanos e a indução de Venezuelanos a solicitarem residência em vez de refúgio, sendo aprovado o encaminhamento de ofício para a PF e o Ministério Público.

Outro ponto importante tratado na reunião foi questão do tráfico de pessoas e exploração sexual, Márcia (Cáritas) trouxe relatos preocupantes sobre casos de tráfico de pessoas, exploração sexual e adoção ilegal. Foi deliberado convidar um representante do Núcleo de Combate ao Tráfico de Pessoas para a próxima reunião do Conselho para a elaboração de um protocolo estadual de proteção a vítimas e agentes.

Também Foi levantada a disparidade no tratamento de sepultamento de migrantes sem familiares, com relatos de enterros acelerados. A Defensoria Pública se comprometeu a levantar informações sobre o serviço funerário em Curitiba, ressaltando que muitos desconhecem a gratuidade do serviço municipal.

Douglas informou sobre os esforços em contato com a SEED e universidades estaduais para a revalidação de diplomas de engenheiros migrantes, buscando um ajuste na Portaria junto ao MEC para que a plataforma Carolina Bori seja usada apenas como um indicativo inicial. Foi também reforçado que o CEIM está reestruturando seu sistema de trabalho para incluir o atendimento prioritário para migrantes na Agência do Trabalhador, com o apoio de uma funcionária cubana dedicada a essa demanda e o retorno de uma ex-funcionária para a orientação de encaminhamentos.

3ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data:** 24/04/2025
- **Horário:** 14:00 horas
- **Local/Modalidade:** Híbrido, presencial e virtual

Presidente da Reunião: Douglas Henrique Novelli

Pontos principais abordados:

- **Abertura;**
- **Aprovação de Pauta;**
- **Aprovação da Ata;**
- **Informes da Secretaria-Executiva;**
- **Informes dos Conselheiros (as);**
- **Passo a Passo Para Judicialização dos Pedidos de BPC Junto à DPU;**
- **Apresentação da Cáritas;**

- **Apresentação Sobre o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;**
- **Informes Gerais;**
- **Encerramento.**

A Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), realizada em 24 de Abril de 2025, em formato híbrido, iniciou-se com a aprovação da pauta, que contemplava a inclusão da temática das Eleições da Sociedade Civil para o Conselho, e a subsequente aprovação da ata anterior sem quaisquer ressalvas. A Secretaria-Executiva informou o encaminhamento dos ofícios, deliberados na reunião precedente, concernentes à pauta haitiana ao Governo Federal, e aguarda-se uma resposta institucional.

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), a conselheira Rosane Aparecida comunicou avanços concretos, notadamente em dois casos de migrantes (um venezuelano e uma haitiana, ambos estudantes da APAE) em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aceitou a biometria utilizando a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), permitindo o progresso dos pedidos para a fase pericial. Entretanto, a conselheira Adriana Matias expôs uma situação de extrema vulnerabilidade, relatando a suposta recusa de atendimento a uma migrante venezuelana, vítima de violência doméstica, na Casa da Mulher Brasileira, sob o argumento de que a ausência de Cadastro de Pessoa Física (CPF) impediria a abertura do boletim de ocorrência e a emissão de Medida Protetiva. O Conselho comprometeu-se a monitorar a questão e reiterou que o e-mail oficial do CERMA serve como canal de acolhimento para denúncias dessa natureza.

Em uma abordagem técnica, o Conselheiro Douglas Novelli detalhou o Plano de Ação para a Judicialização dos Pedidos de BPC junto à Defensoria Pública da União (DPU). O plano fundamenta-se na persistência de uma Portaria Interministerial que, ao instituir a exigência de biometria exclusivamente por meio de documentos (Título de Eleitor, Cédula de Identidade Nacional, CNH) de difícil obtenção para migrantes em situação de vulnerabilidade, incorre em conflito com a Lei Orgânica da Assistência Social e a Lei da Migração. O procedimento estabelece que o migrante deverá protocolar o pedido no INSS e obter

a negativa formal por falta de biometria, o que habilitará a DPU a intervir judicialmente para que a biometria seja aceita através de outros documentos coletados pela Polícia Federal. Em complementação, o representante da Defensoria Pública sugeriu a avaliação pelo Conselho da possibilidade de nomeação de advogados voluntários dativos para Comarcas desassistidas pela DPU ou Defensoria Pública Estadual.

A sessão incluiu ainda uma apresentação da Dra. Sílvia Cristina Xavier, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que destacou a relevância da pauta em sua intersecção com a migração e agradeceu o apoio da Sociedade Civil, em especial da Cáritas, em uma recente operação de resgate no interior do estado. A deliberação central da reunião focou na aprovação do Edital de Convocação N° 001/2025 para as Eleições da Sociedade Civil. Jane Vasques (SEJU) informou que a Comissão Eleitoral decidiu substituir a nomenclatura "Assembleia Geral" por "Conferência Temática" e que o prazo para inscrições seria estendido. Foi registrada a retirada do Ministério Público e da Defensoria Pública da Comissão Eleitoral, restringindo sua participação à colaboração na redação do Edital para salvaguardar sua capacidade de atuação em processos eleitorais.

Foi votada e aprovada a redução do poder de voto de cada entidade votante: o número de votos que cada uma poderá exercer foi reduzido de nove (equivalente ao número de cadeiras da Sociedade Civil) para três votos por entidade. Ademais, foi ratificada a interpretação de que o requisito de dois anos de CNPJ seria mantido para as entidades que pleiteiam a candidatura, mas aprovou-se que, para o exercício exclusivo do voto, seria necessário apenas possuir o CNPJ (sem o requisito de dois anos de antiguidade), e comprovar a atuação na pauta migratória por meio de memorial descritivo. Jane alertou sobre a existência de uma cláusula regimental que impede cinco instituições (incluindo Cáritas, Pastoral do Migrante Curitiba, CRESS e CRP) de concorrerem, por já terem cumprido dois mandatos consecutivos.

Finalmente, foi dado um voto de boas-vindas a Gilberto Antônio Souza Filho, o recém-nomeado Superintendente Geral de Governança Migratória (SGGM), que assegurou seu engajamento com o Conselho e com a construção de uma política migratória mais sólida para o estado do Paraná. O Edital de Votação, incluindo as alterações aprovadas, foi submetido à votação final e ratificado sem quaisquer ressalvas.



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

4ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data: 05/06/2025**
- **Horário: 14:00 horas**
- **Local/Modalidade: Híbrido, presencial e virtual**

Presidente da Reunião: Douglas Henrique Novelli

Pontos principais abordados:

- **Abertura;**
- **Aprovação de Pauta;**
- **Aprovação da Ata;**
- **Informes da Secretaria-Executiva;**
- **Informes dos Conselheiros (as);**
- **Acolhida de Migrantes na Região de Maringá**
- **Of. nº 056/2025 – COEDE/PR – Cartão PcD para migrantes**
- **Acordo BPC – DPU e INSS.**
- **Título da Conferência Temática;**
- **Informes Gerais;**
- **Encerramento.**

A Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), iniciou-se com a chamada nominal dos conselheiros e a aprovação da pauta com a inclusão de pontos cruciais solicitados pela Sociedade Civil, como a situação dos migrantes prejudicados em empresas, a questão da perseguição política e a revalidação do Ensino Médio.

A Secretaria-Executiva prestou informações institucionais relevantes, destacando a recente alteração na estrutura da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJU), que recebeu o novo Secretário Valdemar Jorge e a nova Diretora Geral Louise Garnica. Ademais, foi formalizada a criação da Superintendência-Geral de Governança Migratória, sob a liderança de Gilberto Souza, para onde a pauta migratória foi integralmente

alocada, sendo este movimento institucionalmente saudado como um ganho significativo e pioneirismo do Estado do Paraná no campo migratório. A Secretaria também reforçou a necessidade de divulgação para a eleição dos próximos membros da Sociedade Civil no Conselho, cujo prazo final de inscrições estava próximo.

Um dos focos de discussão técnica foi a validade do Protocolo de Refúgio ou Residência como documento hábil para o exercício pleno da cidadania, dada a dificuldade de migrantes em efetuar saques de benefícios (como o Bolsa Família) ou rescisões contratuais junto à Caixa Econômica, por exemplo. Foi acordado que a Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados (UTSC) e a Superintendência elaborariam uma cartilha informativa em cinco idiomas (Francês, Inglês, Português, Crioulo e Espanhol) para orientar tanto os migrantes quanto os órgãos públicos e privados sobre a legislação pertinente.

Outro ponto levantado foi a necessidade de orientações formais para a gestão de pertences e documentação de migrantes falecidos sem familiares no Brasil, especificamente no caso de uma migrante haitiana. O parecer jurídico da Defensoria Pública (Dr. Antônio) enfatizou a necessidade de prezar pela segurança jurídica, solicitando a comprovação documental dos vínculos familiares (procuração) antes de qualquer envio de bens e orientando o uso das vias administrativas Consulares ou Embaixadas para procedimentos formais, se necessário.

O Conselho recebeu um informe detalhado sobre a situação de acolhida de quatrocentos migrantes interiorizados na região de Maringá, mais especificamente no município de Paraíso do Norte, que possui uma população reduzida e enfrentava sérios problemas de integração, sobretudo devido à longa fila de espera na Polícia Federal (PF) para a regularização documental. Em resposta, a Superintendência atuou junto à PF de Maringá, negociando a realização de um mutirão e um workshop para reduzir o backlog e buscando notificação formal da Operação Acolhida sobre os processos de interiorização para que o Estado possa oferecer o suporte adequado às prefeituras.

Foi debatido o Ofício N° 056/2025 do COEDE/PR sobre a obtenção do Cartão PcD (Pessoa com Deficiência) por migrantes sem vínculo com o INSS. A Cáritas informou o caso de um militar aposentado estrangeiro com deficiência oculta que necessita apenas da carteirinha para preferências de atendimento, mas encontra dificuldades por não estar vinculado ao benefício social. O Conselho deliberou por encaminhar

um ofício à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF) para obter subsídios técnicos antes de responder formalmente ao COEDE.

Sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Douglas atualizou o Conselho sobre o Acordo Nacional entre DPU e INSS, consequência de uma Ação Civil Pública contra a exigência de Cadastro Biométrico restrito a documentos não acessíveis ao migrante não naturalizado. O acordo prevê que o INSS abrirá um processo junto à PF para utilizar as biometrias já captadas nos processos de residência e refúgio (CRNM) para o cadastro no BPC, uma medida que simplificará o acesso, com a ressalva de que a documentação formal do acordo ainda não havia sido compartilhada.

Em relação aos pontos incluídos na pauta, foi aprovada a emissão de uma Nota de Repúdio do CERMA contra a fala de um representante do governo venezuelano que teria rotulado a Coalizão pela Venezuela como terrorista, reconhecendo a seriedade do trabalho de acolhimento realizado por membros dessa coalizão no estado. Sobre a situação de migrantes prejudicados em empresas por não reconhecimento de atestados para regularização migratória, foi sugerido o desenvolvimento de um Ofício Circular oficial pelo CERMA para envio às empresas com o objetivo de conscientização e, se necessário, de intervenção direta. Quanto à revalidação de diplomas de Ensino Médio, que impede migrantes de finalizarem cursos técnicos ou a naturalização, o Conselho aprovou que a Irmandade (ou outra organização) formalizasse uma solicitação ao CERMA, para que a Superintendência solicite uma reunião à Secretaria de Estado da Educação (SEED) para tratar da reversão dessa medida.

Por fim, no que concerne à Ação do CERMA para a Semana do Migrante, o Conselho optou por realizar um Webinar no dia 27 de Junho de 2025 e o lançamento de uma cartilha digital para apresentar e divulgar as estruturas de governança e apoio à migração do estado do Paraná a todos os municípios. O Título aprovado para a Conferência Temática da eleição foi "Conferência Temática Sobre Migração e Refúgio: Consolidando Redes e Compartilhando Boas Práticas". A próxima Reunião Ordinária do CERMA foi reagendada para o dia 03 de Julho de 2025.

5ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data:** 03/06/2025
- **Horário:** 14:00 horas
- **Local/Modalidade:** Híbrido, presencial e virtual

Presidente da Reunião: Douglas Henrique Novelli

Pontos principais abordados:

- **Abertura;**
- **Aprovação de Pauta;**
- **Aprovação da Ata;**
- **Informes da Secretaria-Executiva;**
- **Informes dos Conselheiros (as);**
- **Acolhida de Migrantes na Região de Maringá**
- **Of. nº 056/2025 – COEDE/PR – Cartão PcD para migrantes**
- **Acordo BPC – DPU e INSS.**
- **Titulo da Conferência Temática;**
- **Informes Gerais;**
- **Encerramento.**

A Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), realizada em formato híbrido no dia dois de junho de dois mil e vinte e cinco, iniciou-se com a aprovação unânime da pauta e da ata anterior,

incorporando na agenda os temas de migrantes prejudicados em empresas, perseguição política e a revalidação do Ensino Médio.

A Secretaria-Executiva forneceu informes institucionais cruciais, destacando as alterações na gestão da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJU), que agora conta com Valdemar Jorge como Secretário e Louise Garnica como Diretora Geral. O principal avanço estrutural reside na criação da Superintendência-Geral de Governança Migratória, sob a liderança de Gilberto Souza, para onde a pauta migratória foi transferida integralmente, sendo esta uma medida de pioneirismo estadual visando aprimorar a efetividade das políticas públicas de acolhimento. Foi reforçada a urgência na divulgação para as inscrições da Sociedade Civil para a eleição dos próximos membros do Conselho, cujo prazo final se aproximava.

Em relação à gestão documental, o Conselho deliberou sobre duas frentes: Rosane Pereira solicitou a elaboração urgente de um material que esclareça a validade do Protocolo de Refúgio/Residência como documento hábil, dada a recusa de aceitação por parte de órgãos como a Caixa Econômica no pagamento de benefícios e rescisões contratuais. Jane informou que a Unidade Técnica está desenvolvendo uma cartilha em cinco idiomas (Francês, Inglês, Português, Crioulo e Espanhol) para orientar os migrantes e as instituições. Rockmilys sugeriu que esta cartilha seja um produto conjunto do governo e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e que aborde o não reconhecimento, por parte de alguns empregadores, das justificativas de ausência para processos de regularização migratória.

Outra discussão técnica relevante envolveu a segurança jurídica no manuseio de bens e documentos de um migrante haitiano falecido no Brasil sem familiares presentes. O Dr. Antônio (Defensoria Pública) enfatizou a necessidade de priorizar a segurança jurídica, recomendando a confirmação documental dos vínculos familiares diretos no país de origem e a utilização das vias consulares ou Embaixadas para a formalização da entrega de pertences ao companheiro que reside ilegalmente nos Estados Unidos, evitando a exposição da OSC a riscos.

O Conselheiro Douglas apresentou a situação de crise de acolhimento na região de Maringá, especificamente no pequeno município de Paraíso do Norte, que recebeu um alto volume de migrantes interiorizados pela Operação Acolhida, gerando sobrecarga na infraestrutura local e agravando a fila de espera na Polícia Federal (PF) para a documentação. A Superintendência, em articulação, negociou com a PF de Maringá a realização de um mutirão e um workshop para reduzir ou zerar a fila de regularização na região. Douglas reforçou o compromisso de a Superintendência solicitar formalmente à Operação Acolhida que o Estado do Paraná seja notificado previamente sobre os novos processos de interiorização.

No que tange aos direitos sociais, Douglas atualizou o Conselho sobre um Acordo Nacional entre a Defensoria Pública da União (DPU) e o INSS em Ação Civil Pública, que prevê que o INSS utilize a base de dados biométricos da Polícia Federal (oriunda dos processos de residência e refúgio) para o Cadastro Biométrico do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Essa medida visa contornar a exigência da Portaria Interministerial que limitava a biometria a documentos (Título de Eleitor, Cédula de Identidade Nacional, CNH) de difícil acesso à população migrante vulnerável. Rosane Pereira e Gislaine confirmaram o sucesso de casos sob o novo procedimento, com aprovação em perícias para BPC por idade e deficiência.

Sobre a atuação política e institucional, o Conselho aprovou a emissão de uma Nota de Repúdio contra a fala de um representante do governo venezuelano que teria classificado a "Coalizão pela Venezuela" como terrorista, em reconhecimento ao trabalho sério da Coalizão no acolhimento de migrantes. Para mitigar os prejuízos de migrantes em empresas que não reconhecem atestados para a regularização documental, ameaçando demissão, foi aprovada a elaboração de um Ofício Circular formal do CERMA para ser encaminhado às empresas. Quanto à revalidação de diplomas de Ensino Médio, o Conselho deliberou que, mediante formalização da situação, a Superintendência protocolaria e encaminharia o pedido de reunião à Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Para a Semana do Migrante, o Conselho optou por não organizar um evento exclusivo, mas sim lançar um Webinar e uma cartilha digital no dia 27 de Junho de 2025 para divulgar as estruturas de governança e apoio à migração do Estado do Paraná. Por fim, foi aprovado o título "Conferência Temática Sobre Migração e Refúgio: Consolidando Redes e Compartilhando Boas Práticas" para o evento de eleição, e a próxima Reunião Ordinária foi alterada para o dia 03 de Julho de 2025

6ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data: 24/07/2025**
- **Horário: 14:00 horas**
- **Local/Modalidade: Híbrido, presencial e virtual**

Presidente da Reunião: Douglas Henrique Novelli

Pontos principais abordados:

- **Abertura;**
- **Boas vindas aos Conselheiros; Aprovação de Pauta;**



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

- **Aprovação da Ata;**
- **Informes da Secretaria-Executiva;**
- **Informes dos Conselheiros (as);**
- **Proposta de Resolução – Critérios para a Inclusão na Lista Emergencial da DELEMIG de Curitiba;**
- **Mudança da Lei de Criação do CERMA;**
- **Seminário Voltado Para as Forças de Segurança;**
- **Impacto da Intermediação de Mão de Obra para Migrantes no Paraná: Dados e Análises;**
- **Garantir uma Casa de Acolhimento para Migrantes Recém Chegados, Incluindo a Possibilidade Aluguel Social com o (COHAB);**
- **Acompanhar Sobre a Tipificação Adequada da Política de Assistência Social Voltada para Migrantes, Refugiados e Apátridas;**
- **Inserção no Mercado do Trabalho a Comunidade Migrante que tem Formação Profissional – Articular com FIEP, OCEPAR e Fecomércio;**
- **Exigência de Antecedência Criminal para Fins de Naturalização;**
- **Problemas na Embaixada do Brasil no Haiti para Liberação do Visto em Caso de Reunião Familiar e Estudantes da UNILA e OEA para Outras Universidades Federais no Brasil;**
- **Apoio de Sede para ONGs de Imigrantes;**
- **Informes Gerais;**
- **Encerramento.**

A Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), realizada em 24 de Julho de 2025, marcou o início da gestão 2025/2028 e deliberou sobre questões regimentais, operacionais e de política pública. O encontro, realizado em formato híbrido no Palácio das Araucárias, teve como primeiro ato a eleição da nova Presidência do Conselho, de responsabilidade da Sociedade Civil. A votação resultou na eleição da Sra. Rockmilys Basante (Titular da Ação Social Irmandade Sem Fronteiras) com cinco votos, superando a Sra. Rosane Aparecida (Cáritas Diocesana de Palmas) que obteve quatro votos. A nova Presidente foi destacada por ser a primeira mulher refugiada e venezuelana a ocupar o cargo.

A pauta da reunião foi aprovada sem ressalvas, incluindo a proposta para a inclusão da logo do CERMA em uma Cartilha de Orientação aos Calons (grupo étnico de Ciganos), material desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Apoio Ético Raciais (IBASER) com apoio do Senado Federal. A Secretaria-Executiva informou o fornecimento do Cartão Corporativo aos conselheiros do interior (Londrina, Toledo e Palmas) para custeio de viagens às plenárias mensais. Foi enfaticamente recomendado a todos os conselheiros a realização do Curso Básico de Registro Migratório (ANP Cidadã da Polícia Federal), visando padronizar o conhecimento técnico sobre a Lei de Migração e o processo de Regularização Migratória.

No âmbito operacional, Douglas Novelli apresentou a proposta de Deliberação Nº 001/2025 – CERMA/PR, que visa estabelecer critérios claros para a inclusão na lista emergencial da Delegacia Migratória (DELEMIG) de Curitiba. Esta parceria institucional, que reserva agendamentos emergenciais de regularização documental às quartas-feiras, necessita de regras bem definidas tanto para as Organizações Membros do CERMA quanto para as entidades externas que buscam acesso às vagas. Foi aprovada a realização de uma Reunião Extraordinária para a deliberação final sobre o funcionamento desta nova listagem.

A Presidente eleita levantou a necessidade de alteração da Lei de Criação do CERMA e a revisão de suas bases legais para a adequação à realidade migratória atual, levando Douglas a sugerir a criação de dois Grupos de Trabalho (GTs): um para Monitoramento e

Avaliação de Políticas Públicas e outro para Revisão das bases legais do Conselho. Rockmilys complementou, propondo a criação urgente de um GT da Rede Cidades Acolhedoras para alinhamento com a Portaria do Ministério da Justiça e apoio ao desenvolvimento de conselhos municipais. Em consonância com a necessidade de fortalecimento institucional, foi aprovado o encaminhamento de ofício à Secretaria de Segurança Pública (SESP) para solicitar a realização de um Seminário ou Capacitação, visando a conscientização, sensibilização e atendimento humanizado da Pauta Migratória, incluindo o reconhecimento da documentação.

A Conselheira Mayara (SETR) apresentou dados sobre a intermediação de mão de obra pela Rede SINE Paraná, indicando uma inserção crescente de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho, totalizando 10.583 inserções em 2024 e 6.147 em 2025. Ela informou que Cascavel é o município líder no processo. Rockmilys solicitou que a SETR forneça dados de acompanhamento sobre a efetiva contratação após o período de experiência.

Um dos problemas educacionais foi novamente levantado, com a Presidente insistindo no pedido de reunião urgente com a Secretaria de Educação (SEED) para flexibilizar a exigência de apostilamento da Certidão de Ensino Médio para migrantes de países como Cuba, Haiti e Venezuela, que não têm condições de acesso ao procedimento, impedindo a finalização de cursos técnicos e a naturalização. Foi registrada a importância de cursos de Língua Portuguesa, como os ofertados pela Cáritas em Londrina, cujo certificado é aceito para a naturalização. Em relação à Assistência Social, foi reiterada a necessidade de um encaminhamento formal via CERMA à Secretaria de Assistência Social sobre a tipificação adequada da política para migrantes. Outro ponto de extrema necessidade levantado e aprovado para a criação de uma Comissão foi a urgência de estabelecer uma Casa de Acolhimento/Passagem para migrantes recém-chegados, com o objetivo de promover a integração eficaz na sociedade paranaense.

Por fim, o Conselho discutiu a dificuldade de liberação de visto humanitário e de reunião familiar pela Embaixada do Brasil no Haiti, estendendo o problema aos Cubanos na mesma situação. A sugestão aprovada foi que o CERMA escreva ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg) para provocar uma providência em relação ao tema. Douglas ainda informou sobre a provável concretização do projeto de cessão de sede para ONGs de cooperação internacional e Sociedade Civil, e propôs formalmente a indicação da Presidente Rockmillys Basante como representante da Sociedade Civil no Polo Nacional de Conselhos e Comitês da Pauta Migratória.

7ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data: 28/08/2025**
- **Horário: 14:00 horas**
- **Local/Modalidade: Híbrido, presencial e virtual**

Presidente da Reunião: Rockmillys Basante Palomo

Pontos principais abordados:

- **Abertura;**
- **Aprovação de Pauta;**
- **Aprovação da Ata;**
- **Informes da Secretaria-Executiva;**



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

- **Informes dos Conselheiros (as);**
- **Comissão Para Alteração do Regimento Interno e lei do CERMA Com Inclusão da Criação do Fundo;**
- **Solicitação de Reunião com o Secretario, CEIM, Superintendencia-Geral de Governança Migratória.**
- **Definição das vagas da Lista da PF;**
- **Rede Social do CERMA;**
- **Reorganização das comissões – UTSC;**
- **Chamamento para a Integração da Sociedade Civil que Atuam com a Pauta Migratória;**
- **Indicação de Um Representante do CERMA para o FONACCERAM;**
- **Lançamento da Cartilha de Orientação aos Ciganos Portugueses no Paraná;**
- **Criação de uma Comissão de Acompanhamento das Organizações da Sociedade Civil.**
- **Informes Gerais;**
- **Encerramento**

A Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR) ocorreu em 28 de agosto de 2025, às 14h00, em formato híbrido (videoconferência e presencial no Palácio das Araucárias). A reunião contou com a presença de Conselheiros Governamentais (representantes de Secretarias de Estado como SEJU, SESP, SETR, SESA, SEED, SETI, SEDEF e SEES) e Conselheiros da Sociedade Civil (representantes de entidades como Ação Social Irmandade Sem Fronteiras, Cáritas Arquidiocesana de Londrina, IBASER, Associação Embaixada Solidária, Cáritas Diocesana de Palmas, ASHBRA, Associação Feminny, ASBP e ASSM).

Após a abertura, a Pauta e a Ata da reunião anterior foram aprovadas. Um dos destaques foi o Lançamento da Cartilha de Orientação aos Ciganos (Calons) Portugueses no Paraná. O conselheiro Igor (IBASER) destacou que os objetivos da cartilha são informar, orientar, encaminhar, acolher, dar visibilidade e instrumentalizar para o enfrentamento a violações de Direitos Humanos. Jeancarlo Queres Fonseca, Representante Comunitário Calon Português, agradeceu o apoio, que é importante para o crescimento da comunidade.

A Secretária-Executiva, Jane, informou sobre o Cartão Corporativo para Conselheiros do interior, mencionando que o cadastro na SEAP foi concluído e que os Conselheiros serão informados quando os cartões estiverem aptos a serem usados, o que deve ocorrer antes da próxima reunião.

Nos Informes dos Conselheiros, Silvana (ASBP) convidou a todos para o primeiro Simpósio Vozes Migrantes. Gisele Carneiro (SEED) solicitou a correção de seu nome para receber corretamente os e-mails. Rockmillys (Irmandade Sem Fronteiras) relatou a participação em uma Reunião Extraordinária com o Relator da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a integração da População Migrante no Brasil. Pierre (Associação Embaixada Solidária) enfatizou o papel do CERMA em viabilizar, implementar e fiscalizar as Políticas Públicas voltadas aos Migrantes e Refugiados, sugerindo atenção à dificuldade da população Haitiana em relação ao lêmen e aos custos dos voos. Gilberto (Superintendência/SEJU) detalhou o sucesso do Mutirão de Empregabilidade em Colombo, que teve mais de 160 atendimentos e resultou em cinquenta pessoas empregadas no dia.

Foi estabelecida a Comissão para Alteração do Regimento Interno e Lei do CERMA, com Inclusão da Criação do Fundo. A criação do Fundo foi defendida por Rockmillys como forma de possibilitar, por exemplo, o acesso dos migrantes a cursos profissionalizantes, revalidação de ensino médio e cursos de português reconhecidos pelo MEC. Christiane (Associação Feminny) destacou a necessidade de o CERMA ter contrapartidas para auxiliar mulheres migrantes em situação de vulnerabilidade em regiões afastadas. Ivanildo Monteiro (SEED) se prontificou a integrar a Comissão e informou sobre um Grupo de Trabalho (GT) na SEED para o acolhimento de estudantes migrantes. Sérgio (IBASER) sugeriu aproveitar a revisão da Lei para que o CERMA se torne um Conselho Deliberativo. Laurette (ASHBRA) ressaltou a importância de visitas técnicas em Escolas Municipais para combater a discriminação contra crianças migrantes e a necessidade de aulas de português para os recém-chegados. A Comissão foi formada com membros da Sociedade Civil e Governamentais.

Outro ponto aprovado foi a Solicitação de Reunião com o Secretário da SEJU, CEIM, e a Superintendência Geral de Governança Migratória. O ponto de pauta sugerido e aprovado foi "A Realidade Migratória no Paraná". Houve discussão sobre a Definição das vagas da Lista da Polícia Federal (PF) para Registro Nacional Migratório (RNM), renovação de residência e refúgio. Jane informou que a PF disponibiliza mais de setenta vagas para RNM/renovação e dez para refúgio, distribuídas entre quatro entidades (Irmandade Sem Fronteira, CEIM, CEAMIG, e Cáritas). A discussão abordou a dificuldade de equilibrar a distribuição de vagas com a demanda de atendimentos de cada entidade, o conceito de emergência para os migrantes (como a necessidade de documentos para emprego), a limitação de vagas no interior, e a questão do número restrito de servidores da PF para finalizar os processos.

Sugeriu-se aprimorar a lista de agendamentos, reforçar a importância de comparecer e de ter a documentação correta. Taís (Cáritas Londrina) compartilhou a boa prática de comunicação via WhatsApp com a PF em Londrina. Steffane (MP) sugeriu a proposição de um Curso de Capacitação para os terceirizados e policiais da PF sobre Direitos Humanos com viés Migrantes e Refugiados. Maria Eugênia, migrante e pedagoga, apresentou o livro "Mulheres Migrantes", a ser lançado em setembro.

A criação da Rede Social do CERMA foi aprovada, com o objetivo de dar visibilidade e credibilidade ao trabalho do Conselho junto à população migrante e brasileira. Jane esclareceu que a SEJU não interferirá na página, que será integralmente da Sociedade Civil. A Reorganização das Comissões permanentes será feita por e-mail. O Chamamento para a Integração da Sociedade Civil que atua na Pauta Migratória foi aprovado. Rockmilys foi aprovada por consenso como a Representante da Sociedade Civil no FONACCERAM (Fórum Nacional para a Pauta Migratória).

Por fim, foi aprovada a criação de uma Pauta Permanente nas reuniões para o Acompanhamento das Organizações da Sociedade Civil que não estão representadas no CERMA

8ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data: 30/09/2025**
- **Horário: 14:00 horas**
- **Local/Modalidade: Híbrido, presencial e virtual**
- **Presidente da Reunião: Rockmilys Basante Palomo**
- **Pontos principais abordados:**
 - **Abertura;**
 - **Aprovação de Pauta;**
 - **Aprovação da Ata;**
 - **Estruturação da comissão temporária para alteração do Regimento do CERMA;**
 - **Estruturação das comissões permanentes;**
 - **Lista de atendimentos da Polícia Federal;**
 - **Informes Gerais;**
 - **Informes Gerais;**
 - **Encerramento**

A Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR) foi realizada no dia 30 de setembro de 2025, às 14h00, no Gabinete de Gestão e Informação no Palácio Iguaçu, em formato híbrido. A sessão contou com a participação de Conselheiros Governamentais, representando diversas Secretarias de Estado (SEJU, SETR, SESA, SEED, SEEC, SETI, Casa Civil, SEDEF, e SEES) e Conselheiros da Sociedade Civil (incluindo Ação Social Irmandade Sem Fronteiras, Cáritas Arquidiocesana de Londrina, IBASER, Cáritas Diocesana de Palmas, ASHBRA, Associação Feminny, ASBP, e ASSM). A pauta e a ata da reunião anterior foram aprovadas sem ressalvas pelo Pleno.

Um ponto estrutural crucial foi a definição da Comissão Temporária para Alteração do Regimento Interno e da Lei do CERMA, visando a viabilização da criação de um Fundo para o Conselho. Foram formalizados os Conselheiros e Observadores (Ministério Público e OIM) que a integrarão, com a previsão de uma Reunião Extraordinária para estruturar seu funcionamento. Paralelamente, foi aprovada a Estruturação das quatro Comissões Permanentes (Comunicação e Eventos; Denúncias e Garantias de Direitos; Gestão da Informação; e Monitoramento de Políticas Públicas), com a alocação inicial de entidades da Sociedade Civil e Governamentais para cada eixo, como a Associação Feminny e SEES na Comissão de Comunicação e Eventos, e o MPPR, SETI, ASBP e IBASER na de Monitoramento de Políticas Públicas.

Adicionalmente, foi estabelecida e constituída a Comissão Temporária de Acompanhamento e Monitoramento da Sociedade Civil, com a missão de mapear a atuação das Organizações, promover o conhecimento sobre a Lei de Migração e o funcionamento do CERMA, e servir como intermediadora para o acompanhamento de situações críticas (como detenções ou violência). O Ministério Público e a OIM se colocaram à disposição para prestar auxílio técnico a esta e às demais Comissões.

Em relação ao tema de Regularização Migratória, foi discutida a Lista de Atendimentos Prioritários da Polícia Federal (PF) para Registro Nacional Migratório (RNM) e Refúgio. Foi apresentada uma proposta de Deliberação (Nº001/2025) que estabelece critérios de encaminhamento para a lista emergencial da DELEMIG de Curitiba. Diante da urgência e da importância de estender as vagas prioritárias para outras regiões do Estado, a proposta foi

enviada para análise dos Conselheiros, com a deliberação final agendada para uma Reunião Extraordinária nos dias 8 ou 9 de Outubro.

Por fim, foi realizada a Eleição para a Secretaria Geral da Diretoria do CERMA. Após a candidatura de Sérgio Eduardo (IBASER), Laurette Bernardin Louis (ASHBRA) e Christiane Pereira (Associação Feminny) , e um empate inicial na votação , a Associação Feminny transferiu seus votos ao Instituto Brasileiro de Apoio Étnico Raciais (IBASER). O IBASER, totalizando 10 votos, foi eleito para assumir a Secretaria Geral. Nos informes gerais, foram destacados a necessidade de agendar a reunião com a SEED para tratar da Revalidação do Ensino Médio , o convite para a parceria do CERMA em um grande Seminário de Empregabilidade Migrante no Dia Internacional do Migrante em Dezembro , e a solicitação de apoio para a elaboração de um Caderno de Demandas para uma Audiência Pública em Novembro.

9ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data: 30/10/2025**
- **Horário: 14:00 horas**
- **Local/Modalidade: Híbrido, presencial e virtual**
- **Presidente da Reunião: Rockmillys Basante Palomo**
- **Pontos principais abordados:**
 - **Abertura;**
 - **Aprovação de Pauta;**
 - **Aprovação da Ata;**
 - **Apresentação da Superintendência-Geral de Governança Migratória(SEJU)**
 - **Criação De Um Aplicativo De Apoio Aos Migrantes No Paraná**
 - **Caderno de Propostas do CERMA para Audiência Pública sobre Migração**
 - **Funcionamento das comissões**
 - **Informes da Reunião com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR)**
 - **Informes Gerais;**
 - **Encerramento.**

A Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR) realizada em 30 de outubro de 2025, em formato híbrido no Palácio das Araucárias, focou primariamente na estruturação funcional do Conselho e na operacionalização dos atendimentos de regularização migratória.

O Pleno aprovou a Deliberação N° 002/2025, documento técnico que estabelece os critérios para encaminhamento à Lista de Agendamento Emergencial na Delegacia de Polícia Federal (DELEMIG) de Curitiba para Registro Nacional Migratório (RNM), Renovação de Residência e Refúgio. Tais critérios priorizam a extrema vulnerabilidade, abrangendo casos como mulheres com crianças pequenas, idosos, e vítimas de violência, com o entendimento de que todas as Organizações da Sociedade Civil (OSC) devem encaminhar a demanda, não se limitando às entidades conselheiras. Para garantir a transparência e a correta aplicação desta deliberação, foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho (GT) de Acompanhamento e Fiscalização das vagas da Polícia Federal, composto por membros do Governo e da Sociedade Civil, com a missão de monitorar semanalmente as listagens na PF.

No âmbito da governança interna, foi aprovado o cronograma de trabalho da Comissão de Alteração do Regimento Interno e Lei do CERMA. Esta comissão possui um prazo de seis meses para analisar a legislação estadual e propor mudanças, com o objetivo estratégico de viabilizar a criação do Fundo do CERMA, que será fundamental para a captação de recursos destinados a políticas migratórias. Além disso, o Regulamento Interno das Comissões Permanentes (Comunicação e Eventos; Denúncias e Garantias de Direitos; Gestão da Informação; e Monitoramento de Políticas Públicas) foi aprovado, definindo o escopo e a metodologia de trabalho de cada eixo temático. Por fim, a Comissão Temporária de Acompanhamento e Monitoramento da Sociedade Civil foi formalizada, reforçando a articulação da rede de apoio às organizações não conselheiras.

Entre os informes e deliberações estratégicas, o Conselho aprovou seu apoio institucional à realização de uma Audiência Pública sobre a Pauta Migratória em Novembro e a um Seminário de Empregabilidade Migrante em Dezembro, coincidindo com o Dia Internacional do Migrante. Foi também sugerido à Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJU) que realize um monitoramento permanente da complexa situação das vagas e dos processos de Refúgio no estado, tema que exige sensibilidade especial devido ao envolvimento com violações de Direitos Humanos.

10ª Reunião Ordinária de 2025

- **Data: 25/11/2025**
- **Horário: 14:00 horas**
- **Local/Modalidade: Híbrido, presencial e virtual**
Presidente da Reunião: Rockmillys Basante Palomo
Pontos principais abordados:
- **Abertura;**
- **Aprovação de Pauta;**
- **Aprovação da Ata;**
- **Aprovação do Calendário de Reuniões 2026;**
- **Simpósio de Migração;**
- **Situação de Vulnerabilidade de Núcleos de Famílias Venezuelanas;**
- **Natal das Crianças Migrantes dia 13/12/2025 no Memorial de Curitiba.**
- **Pedido dos Migrantes Cubanos para Serem Inseridos na Lista Emergencial da Polícia Federal;**
- **Famílias Cubanas com Crianças que não Conseguiram Acessos ao Programa do Bolsa Família;**
- **Responsabilidade dos Conselheiros(as)**
- **Planejamento 2026**
- **Migrantes em Situação de rua**
- **Informes Gerais;**
- **Encerramento;**

A Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), ocorrida em 25 de novembro de 2025, foi realizada em formato híbrido no Palácio das Araucárias e pautou-se por deliberações estratégicas, administrativas e de garantia de direitos¹. Após a abertura oficial e a aprovação das atas de sessões anteriores e da pauta do dia, o pleno debateu a proposta do Calendário de Reuniões para 2026². Houve uma divergência técnica relevante quanto à mudança do local das plenárias para o bairro Hauer, motivada por limitações logísticas e de suporte técnico na sede atual, resultando na aprovação do cronograma com a ressalva de que novas estratégias de localização serão analisadas para garantir a acessibilidade e a representatividade do conselho.

No âmbito das políticas públicas de integração, foi anunciada a realização do Simpósio Internacional de Migração (SIM-Paraná) para março de 2026, com foco central em geração de renda e empregabilidade. O evento pretende reunir entre 300 a 500 participantes para consolidar as diretrizes de governança migratória estadual e fortalecer o observatório de dados, contando com a colaboração técnica do ACNUR. Complementarmente, informou-se a inauguração da Agência do Migrante, estrutura voltada ao atendimento direto e encaminhamento laboral, cujas atividades operacionais foram programadas para iniciar imediatamente após a visita técnica guiada aos conselheiros.

A dimensão protetiva da reunião concentrou-se no relatório da Comissão de Denúncias e Garantias de Direitos, que apresentou casos críticos de vulnerabilidade social. O primeiro caso envolveu o despejo forçado de uma família venezuelana, levando o conselho a aprovar o envio de ofícios ao Ministério Público do Paraná (MPPR) e à COHAPAR para verificar a regularidade da ação e a disponibilidade de programas habitacionais específicos. O colegiado comprometeu-se ainda com a elaboração de uma Nota Técnica sobre o direito à moradia para migrantes, alinhada ao Plano Nacional de Migrações⁹. Um segundo ponto de urgência tratou de famílias cubanas impedidas de acessar o programa Bolsa Família devido ao vencimento de

documentos e à inviabilidade de agendamento na Polícia Federal, com datas disponíveis apenas para 10/2026. Em resposta, o CERMA deliberou por acionar a Polícia Federal em Brasília, o Ministério da Justiça e o CONARE para reportar as violações de direitos e buscar soluções emergenciais.

Adicionalmente, discutiu-se a importância da capacitação de organizações da sociedade civil em temas de conflitos fundiários e direitos habitacionais, visando prevenir situações de precariedade em ocupações. O Ministério Público, por meio do Centro de Apoio Operacional (CAOP) de Direitos Humanos, reiterou seu papel de suporte técnico e articulação entre as promotorias e o governo estadual para o enfrentamento dessas demandas. No encerramento, foram apresentados informes sobre projetos acadêmicos e culturais na UNESPAR destinados a mulheres migrantes e relatadas dificuldades técnicas na emissão do Registro Nacional Migratório (RNM) em Londrina, tema que será aprofundado em reuniões futuras.

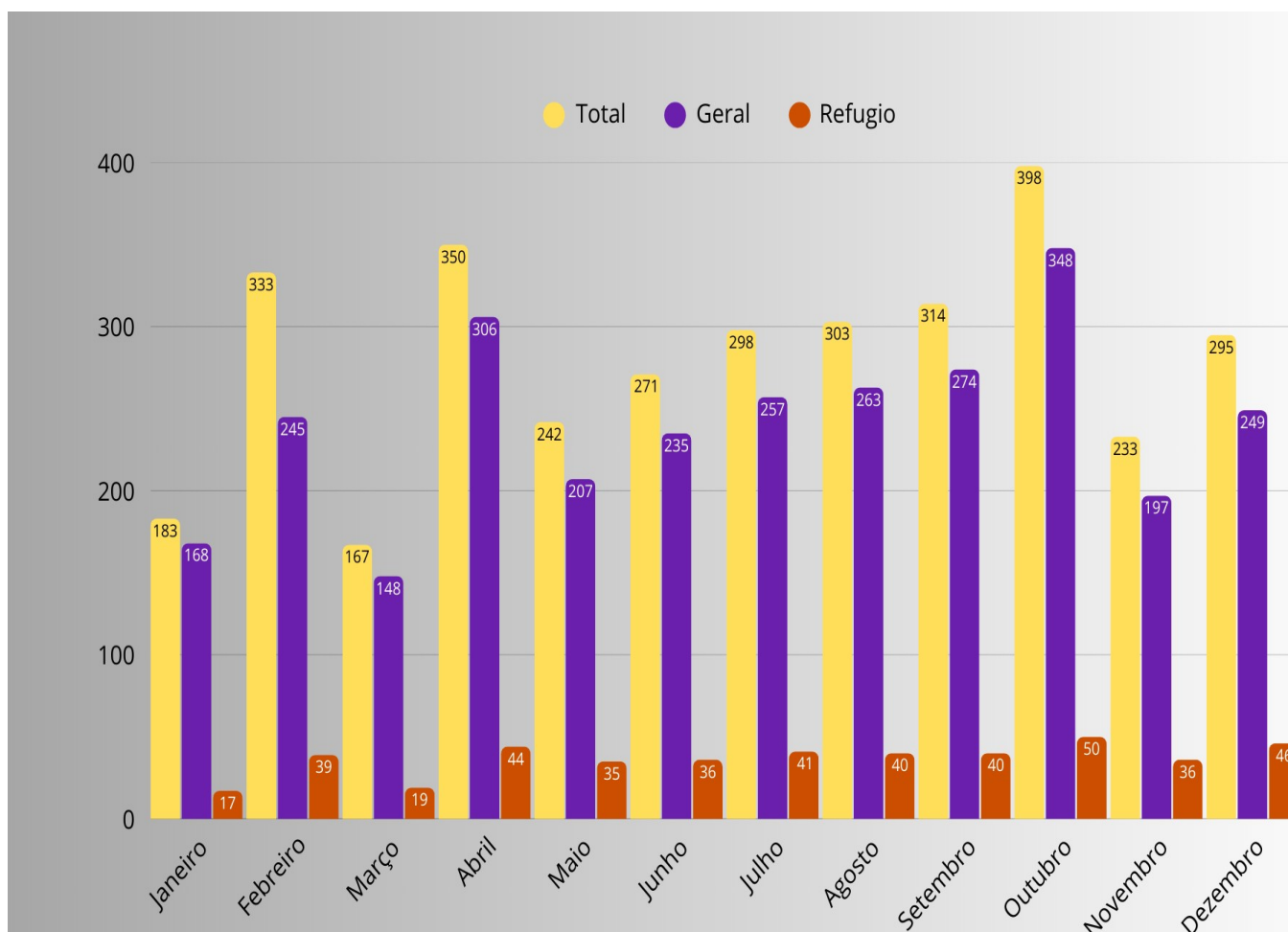
7. Lista Emergencial Policia Federal – **2025**

A cooperação institucional estabelecida entre a Polícia Federal, por intermédio da Delegacia de Polícia de Imigração (DELEMIG/DREX/SR/PF/PR), e o Conselho Estadual de Direitos Humanos e Direitos dos Migrantes (CERMA/PR) fundamenta-se nas diretrizes pactuadas originalmente no Ofício nº 331/2022/DELEMIG/DREX/SR/PF/PR, datado de 29 de junho de 2022. Esta parceria foi concebida para estruturar um fluxo de atendimento emergencial e humanitário, inspirado na metodologia da "Operação Horizonte", visando especificamente o acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade acentuada e com restrições de acesso aos sistemas digitais de agendamento. Conforme o ajuste operacional vigente, a Polícia Federal disponibiliza uma reserva técnica de 50 (cinquenta) vagas semanais, concentradas às quartas-feiras, destinadas exclusivamente aos indivíduos referenciados e triados pelas entidades que compõem o CERMA/PR.

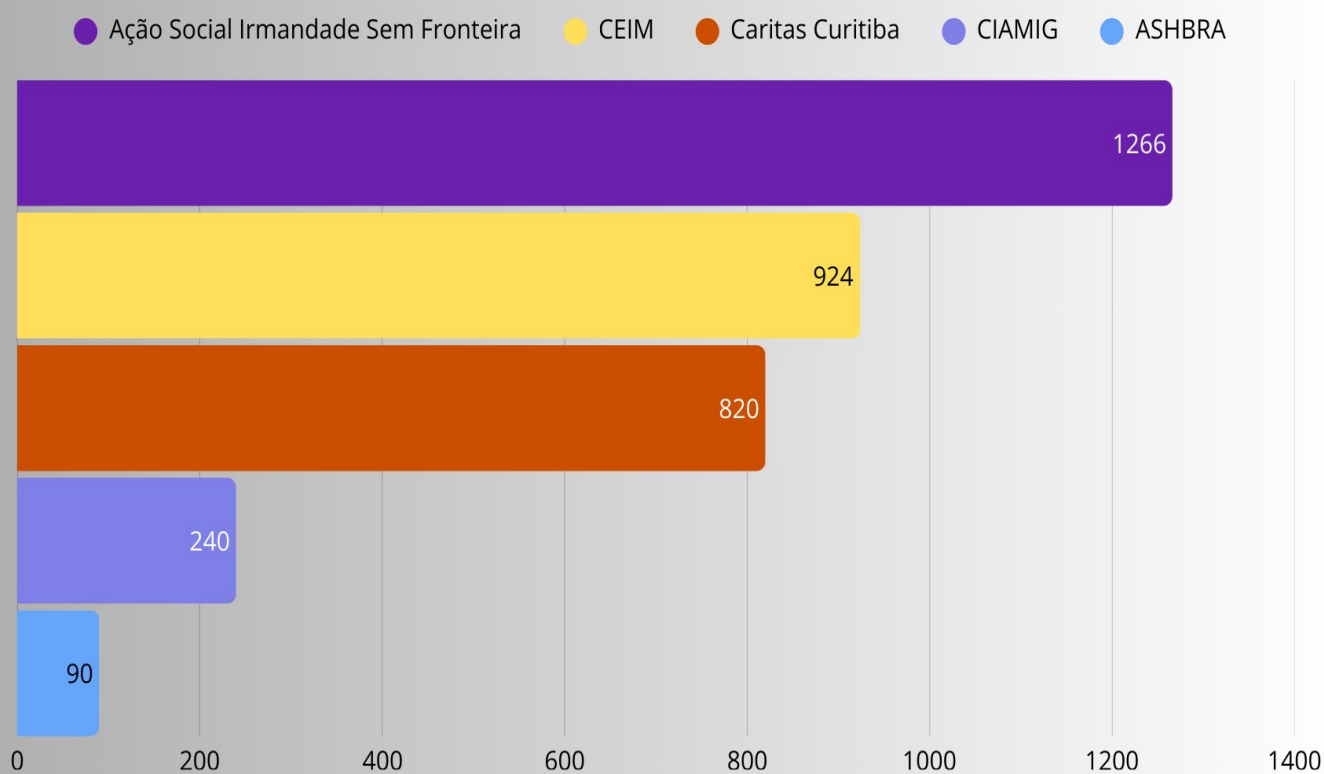
No exercício correspondente ao ano de 2025, a manutenção deste regime de colaboração técnica permitiu o atendimento integral de **3.340 (três mil trezentos e quarenta)** pessoas, consolidando a eficácia do canal de interlocução direta entre os pontos focais das respectivas instituições. A análise qualitativa e quantitativa dos dados revela que, do montante **total atendido, 2.897 (duas mil oitocentas e noventa e sete)** pessoas foram contempladas com serviços de atendimento geral, abrangendo procedimentos essenciais como solicitações de residência, renovações de prazos e regularizações documentais diversas. Adicionalmente, a parceria logrou êxito no processamento de **443 (quatrocentos e quarenta e três)** atendimentos específicos voltados a Solicitação, Renovação e 2 via do refúgio, garantindo a proteção internacional a este contingente de solicitantes.

A distribuição estatística detalhada desses procedimentos, segmentada por mês ao longo de 2025, encontra-se demonstrada nos gráficos subsequentes para fins de controle e transparência administrativa.

Para a devida interpretação dos dados visuais apresentados, **destaca-se que a cor amarela identifica o volume total de atendimentos realizados mensalmente; a cor roxa representa o quantitativo de atendimentos gerais, como pedidos de residência e renovações; e a cor laranja delimita especificamente os atendimentos relativos às solicitações de refúgio.** Este desempenho institucional reafirma o compromisso com a desburocratização e a garantia de direitos fundamentais, assegurando que o suporte administrativo da Polícia Federal alcance as populações mais fragilizadas de forma coordenada e eficiente.



- Atendimentos Destruidos por Entidades Parceiras 2025.



8. ATIVIDADES 2024

- Posse e Diplomação dos(as) Conselheiros(as) do CERMA/PR – Gestão 2025-2028.



DIPLOMAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO **CERMA**

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná

O evento consagra a posse dos novos Conselheiros(as), representantes Governamentais e das Organizações da Sociedade Civil eleitas, para o triênio de 2025-2028.

DATA: 22 DE JULHO

HORÁRIO: 14H00

LOCAL: PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS - SALA DE GESTÃO - 7º andar.
Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Centro Cívico - Curitiba

- Primeira Reunião da Nova Gestão:



- Eventos com a Participação do CERMA

1º Simpósio: Vozes Migrantes :



1ª Edição do Simpósio de
**Defesa de Direitos
dos MIGRANTES**
“VOZES MIGRANTES”

Data: **29 DE AGOSTO**
Local: **Auditório – Centro Batista**
Horário: **19h às 22h**

Inscrição até **28 de agosto** via formulário online.

A PROGRAMAÇÃO SERÁ HÍBRIDA.
Todos devem fazer a inscrição para receber o material.

 Convenção
Batista
Paranaense

ASBP
ação social batista paranaense

- Eventos com a Participação do CERMA

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO E REFÚGIO



**I CONGRESSO INTERNACIONAL
DE MIGRAÇÃO E REFÚGIO**

**ESPERANÇA
EM MOVIMENTO**

*"As fronteiras só
existem onde não há amor" - Dom Helder Camara*

**22 , 23
24 e 25
DE SETEMBRO
FOZ DO
IGUAÇU**



Inscreva-se!
Escaneie ou acesse o
link na legenda



- Eventos com a Participação do CERMA

**MUTIRÃO DE EMPREGO PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E
ESTRANGEIROS:**



MUTIRÃO DE EMPREGO 
PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E ESTRANGEIROS

 **26 de agosto**
(terça-feira)

 **9h às 15h**

 **Paróquia Santa
Teresinha de Lisieux**
*Av. Marginal Direita, 958 -
Santa Terezinha*

**O processo de seleção terá
vagas específicas e também
haverá vagas abertas para
todos.**


SINE
Sistema Nacional de Emprego

Secretaria de Indústria,
Comércio e Trabalho

Colombo 
Prefeitura Municipal

SEMPRE
PODE
VOCE.

- Eventos com a Participação do CERMA



The poster features a green background with white and yellow text. At the top, logos for DPE PR, DPU, PARANÁ GOVERNO DO ESTADO, and CURITIBA are displayed. The main title 'MUTIRÃO DE ATENDIMENTO À população migrante' is in large white letters. Below it, event details are provided in yellow and white boxes. At the bottom, there is an illustration of a person with dark hair and freckles, wearing a white shirt, standing in front of a stylized globe.

MUTIRÃO DE ATENDIMENTO À população migrante

2ª Caminhada do Migrante: Visibilidade e Acolhimento

Concentração na Praça Santos Andrade

Saída: 09h | Rumo ao Mutirão de Atendimento

Mutirão de orientação jurídica e serviços

Data: 29 de novembro de 2025 | **Horário:** a partir 10h

Local: Rua Marechal Deodoro 806, Centro - Curitiba/PR

- Eventos com a Participação do CERMA



CONVITE

O Secretário de Estado da Justiça e Cidadania,
Valdemar Bernardo Jorge
e o Superintendente-Geral de Governança
Migratória,
Gil Souza,
convidam para o Lançamento da
Agência do Migrante Paraná,
a primeira do Brasil.

Data: Quarta-feira, 26 de novembro de 2025

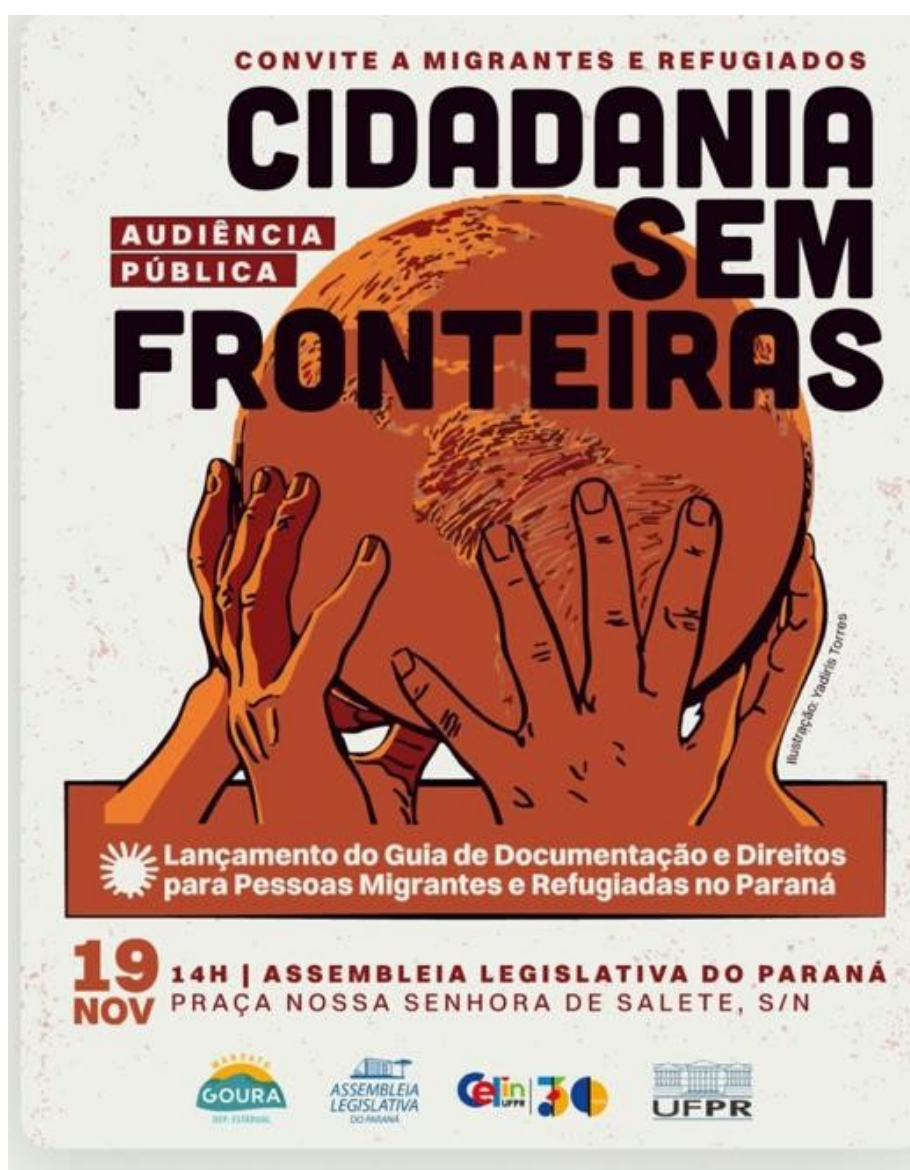
Horário: 14h

Local: Palácio Iguaçu, 2º andar, salão de Atos
Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Centro Cívico

CURITIBA-PR



- Eventos com a Participação do CERMA





CERMA

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

- Eventos com a Participação do CERMA

SEMINÁRIO

**Direitos Humanos no
Século XXI: desafios e
realidades locais no
Paraná**



**QUARTA
29/10/2025**



**HORÁRIO
08:30 - 17:00**

Inscrições:

<https://www.cursos.escoladegestao.pr.gov.br/pdcweb/manterEvento.do?action=exibirEvento&codEvento=yfnifnifnhfnm>

Local: ESEDH

**R. Almirante Tamandaré, 1133 - Alto da XV
80040-110 - Curitiba - PR**

- Reunião do CERMA Junto a Secretaria de Educação.



- **GALERIA CERMA:**

Aniversario de conselheiras



- Reunião Ordinária:



- Reunião Ordinária:



- Reunião Ordinária:



CONCLUSÃO:

A análise detalhada das atividades e indicadores apresentados neste relatório permite concluir que o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR) consolidou-se, ao longo do exercício de 2025, como um instrumento vital de governança participativa e efetivação de direitos fundamentais. A atuação do Conselho transcendeu a esfera consultiva, convertendo-se em um eixo de articulação intersetorial entre o Governo do Estado, órgãos federais e a sociedade civil.

Do ponto de vista operacional, a parceria estratégica com a Polícia Federal demonstrou uma eficiência administrativa notável. O processamento de 2897 atendimentos gerais e 443 solicitações de refúgio reflete não apenas a capacidade logística instalada, mas também um compromisso pragmático com a regularização migratória e a segurança jurídica. Esses números, monitorados, ratificam a transparência como pilar da gestão pública no estado.

No âmbito institucional, a transição para a Gestão 2025-2028 e a posse do novo colegiado simbolizam a renovação democrática e a continuidade das políticas de acolhimento humanitário. A estrutura das reuniões ordinárias e extraordinárias demonstra uma dinâmica deliberativa robusta, capaz de responder com celeridade a demandas emergenciais, conforme evidenciado na seção de Lista Emergencial de 2025.

Em suma, as evidências coligidas neste documento demonstram que o CERMA/PR cumpre sua missão de desburocratizar o acesso a serviços públicos e promover a dignidade humana. O Estado do Paraná reafirma, assim, sua posição de vanguarda na proteção das populações vulneráveis, transformando o acolhimento em uma política de estado estruturante, coordenada e pautada na proteção integral dos direitos humanos.

"A nossa espécie tornou-se uma só humanidade de tal maneira que ninguém pode mais ser um 'estranho' na Terra. [...] O direito de ter direitos, ou o direito de cada indivíduo pertencer à humanidade, deveria ser garantido pela própria humanidade."



EDITORIAL:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Jesus Alberto Leon

REVISÃO GERAL

JANE VASQUES

